

Políticas educacionais e organização no período de acolhimento e da adaptação na educação infantil**Educational policies and organization in the period of reception and adaptation in early childhood education**

DOI:10.34117/bjdv5n9-034

Recebimento dos originais: 19/08/2019

Aceitação para publicação: 07/09/2019

Benjamim Machado de Oliveira Neto

Bacharel em Direito pelo Centro Universitário Católica Rainha do Sertão de Quixadá,
Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Faculdade Kurius de Quixadá,
Especialista em Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica pela Faculdade Kurius de
Quixadá

Instituição: Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central de Quixadá
Endereço: Rua José de Queiroz Pessoa, no Bairro Carrascal I, n° 3175, cidade de Quixadá –
CE, Brasil

E-mail: benjamim.neto@aluno.uece.br

RESUMO

A proposta visa desenvolver um estudo sobre as políticas educacionais e organização no período de acolhimento e da adaptação na Educação Infantil, sendo um trabalho que aborda a necessidade das crianças adaptarem-se à nova realidade e a importância da instituição oferecer as condições adequadas. O objetivo do trabalho é apresentar uma pesquisa que abrange o estudo acerca da acolhida das crianças na instituição e refletir sobre a complexidade do processo de adaptação, a fim de mostrar que é um momento ímpar para o desenvolvimento afetivo e social. Conhecer as teorias sobre o contexto histórico da concepção da criança e da infância, as políticas nacionais e a organização do ambiente escolar. Analisar o nível de complexidade do processo de acolhimento e adaptação no período que os alunos começam a estudar, já que é um momento onde as crianças se deparam com um mundo novo e tem que lidar com diversas situações. O procedimento metodológico tem como base a investigação bibliográfica e de materiais específicos, como a leitura de artigos científicos, teses, monografias e livros, tais como: Ahmad (2009); Aries (1981); Kramer (2006); Ortiz (2000); Oliveira (2002). A evolução histórica da concepção da criança e da infância é um estudo que se desenvolveu em diferentes conceitos no decorrer do tempo, já que no primeiro momento era considerado a vida do sujeito, enquanto na segunda etapa, analisou-se a história, o meio social e a cultura do indivíduo. Após a escola virar um lugar regulamentado por leis, com base em direitos e garantias, as instituições passaram a ser um local administrativo e da responsabilidade do governo, com um modelo de ensino que possibilitaria um maior acesso à população e com um funcionamento amplo para atender à demanda da sociedade. Desse modo, o período do acolhimento e adaptação na educação infantil é um momento difícil, seja para a relação dos pais com os filhos quanto para os educadores e os alunos, tendo em vista que é uma situação que afeta a todos que estão envolvidos e mostra a importância da parceria entre a família e a escola para criar um ambiente que possibilite atender às demandas das crianças. Por fim, a pesquisa é composta por seguintes tópicos: linhas históricas sobre a concepção de

criança e infância; as políticas nacionais; a organização do âmbito escolar; o valor do período de acolhimento e da adaptação.

Palavras Chave: Políticas Educacionais. Organização. Acolhimento. Adaptação. Educação Infantil.

ABSTRACT

The proposal aims to develop a study on educational policies and organization in the period of reception and adaptation in early childhood education, and is a work that addresses the need for children to adapt to the new reality and the importance of the institution to provide the right conditions. The objective of this paper is to present a research that covers the study about the reception of children in the institution and reflect on the complexity of the adaptation process, in order to show that it is a unique moment for affective and social development. Know the theories about the historical context of child and childhood conception, national policies and the organization of the school environment. Analyze the level of complexity of the welcoming and adaptation process during the period students begin to study, as this is a time when children are faced with a new world and have to deal with various situations. The methodological procedure is based on bibliographic research and specific materials, such as reading scientific articles, theses, monographs and books, such as: Ahmad (2009); Aries (1981); Kramer (2006); Ortiz (2000); Oliveira (2002). The historical evolution of the conception of the child and childhood is a study that developed in different concepts over time, since in the first moment the subject's life was considered, while in the second stage, the history, the social environment were analyzed. and the culture of the individual. After the school became a place regulated by laws, based on rights and guarantees, the institutions became an administrative and governmental place, with a teaching model that would allow greater access to the population and a wide functioning to meet to society's demand. Thus, the period of reception and adaptation in early childhood education is a difficult time, both for the relationship between parents and children, as well as for educators and students, considering that it is a situation that affects everyone involved and shows the importance of the partnership between family and school to create an environment that makes it possible to meet the demands of children. Finally, the research consists of the following topics: historical lines on the conception of child and childhood; national policies; the organization of the school environment; the value of the reception period and adaptation.

Keywords: Educational policies. Organization. Welcome. Adaptation. Child education.

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo busca realizar uma pesquisa acerca do tema as políticas e organização no período de acolhimento e da adaptação na Educação Infantil, como uma forma de refletir sobre o planejamento em tal período, já que é um momento novo para as crianças e que exige da escola um conjunto de estratégias para atender a demanda.

O principal objetivo do trabalho é desenvolver um estudo que engloba a acolhida das crianças na escola e a complexidade do processo de adaptação, sendo um momento de suma

importância para o desenvolvimento social e afetivos dos estudantes em tal período do ensino infantil.

Conhecer as teorias sobre a concepção da criança e da infância, as políticas nacionais e a organização do ambiente escolar; analisar o nível de complexidade do processo de acolhimento e adaptação no período que os alunos começam a estudar, já que é um momento onde as crianças se deparam com um mundo novo e tem que lidar com diversas situações.

A pesquisa tem por justificativa ter um contato com as teorias sobre o processo de acolhimento e adaptação, para construir um trabalho que possibilite conhecer o contexto histórico, as políticas nacionais e a organização do ambiente escolar, como uma forma de entender um dos períodos mais importantes da vida do ser humano.

O planejamento do ambiente escolar na educação infantil é um momento rico para construir um trabalho que possibilite organizar o período de acolhimento e adaptação, com o objetivo de acolher o aluno de forma individual e coletiva, abordando as diversas situações e grupos sociais existentes em sala de aula.

Por sua vez, a escola deve organizar um ambiente flexível, devendo promover o bem estar, a autonomia e a confiança, onde o aluno sinta-se acolhido e desperte o sentimento de pertencimento do lugar que está inserido, sendo uma situação que permita desenvolver novas habilidades, saberes e aprendizados.

Dessa forma, a criança que apresenta dificuldade em tal momento pode desenvolver reações emocionais e psicológicas, como o medo, a ansiedade, a insegurança, o estresse e o desespero, na qual passará pela experiência que envolve o distanciamento dos pais, o afastamento do conforto de casa e o desafio de enfrentar uma situação desconhecida.

Por isso, a escola têm um papel essencial no momento de educar e cuidar dos alunos, no sentido de não exercer apenas uma função, mas de ter preparado para lidar com as diversas situações com que se deparam no cotidiano, devendo levar em conta as necessidades psicológicas, biológicas e sociais das crianças.

No entanto, o ensino de educação infantil tem mostrado dificuldade em trabalhar o período de acolhimento e adaptação, seja por uma questão de falta de recursos financeiros e de profissionais capacitados, sendo uma realidade ainda mais preocupante quando a referida instituição é visto como um negócio lucrativo e lugar para depósito de alunos.

As literaturas usadas para fundamentar o trabalho aborda um conjunto de autores e profissionais da área da educação, história e psicologia, sendo eles: Ahmad (2009); Aries

(1981); Kramer (2006); Oliveira (2002); Ferreira (2000); Fortunati (2009); Craidy (2011); Schitz (2000).

Assim, o estudo apresentará a importância de valorizar o período de acolhimento e da adaptação da educação infantil, como uma forma de refletir sobre a complexidade de tal processo na vida escolar das crianças, levando em conta tais assuntos: linhas históricas sobre a concepção de criança e infância; as políticas nacionais e a organização do ambiente escolar; o valor do período de acolhimento e da adaptação.

2. LINHAS HISTÓRICAS SOBRE A CONCEPÇÃO DE INFÂNCIA E CRIANÇA

Com a apresentação do resumo e introdução, deve-se começar o primeiro assunto do trabalho, mas antes de iniciar tal tópico e a construir o mesmo, é conveniente contextualizar o período da história, o conceito de criança e infância, como uma forma de entender o processo de evolução.

A concepção de criança e da infância é uma ciência que se desenvolveu em diferentes conceitos em cada período durante o tempo, que levou em conta a trajetória histórica, o meio social e a cultura (OLIVEIRA, 2002).

Dessa forma, a concepção de criança e da infância foi uma construção social, não apenas a questão da experiência do indivíduo em contato com as atividades e no convívio com o grupo, mas de um processo que envolve o tempo e a influência da história, que mostra diversas realidades e diferentes momentos.

Para compreender a concepção de criança e da infância é primordial analisar o posicionamento da estudiosa Zilma de Moraes Oliveira (2002, p.58) sobre o contexto histórico da educação das crianças, a relação com a família e o trabalho que desempenhava, no período da pré-história:

Ao longo de muitos séculos, o cuidado e a educação das crianças pequenas foram entendidos como tarefas de responsabilidade familiar, particularmente da mãe e de outras mulheres. Logo após o desmame, a criança era vista como pequeno adulto e, quando atravessava o período de dependência de outros para ter atendidas suas necessidades físicas, passava a ajudar os adultos nas atividades cotidianas, em que aprendia o básico para a sua integração social.

Conforme o estudo do autor torna-se possível analisar que surgiram diversas concepções acerca de infância e que dividiu o pensamento de estudiosos, que para eles a criança era considerada como um adulto em miniatura e a educação se davam em convívio com a família em conjunto com o lugar em que estava inserido, por meio da relação com a mãe e tarefas do cotidiano.

Por sua vez, as crianças eram vistas em seu começo de vida como uma espécie de “animalzinho” engraçado e que servia para divertir os adultos, bem como o tratamento era diferente para os indivíduos do sexo masculino e feminino, onde os meninos tinham que fazer a mesma atividade do adulto, enquanto as meninas eram tratadas sem afeto, como se fosse um objeto para ser utilizado no momento do ato sexual.

De acordo com a estudiosa Leila Ahmad (2009, p.1) sobre a construção social e a definição de infância, em um período que a criança começa a ganhar espaço e que marca o contexto da Idade Antiga, sendo um fator essencial para compreender o processo que influenciou a história, como é possível analisar:

O conceito de infância é fruto de uma construção social, porém, percebe-se que sempre houve criança, mas nem sempre infância. São vários os tempos da infância, estes apresentam realidades e representações diversas, porque nossa sociedade foi constituindo-se de uma forma, em que ser criança começa a ganhar importância e suas necessidades estão sendo valorizadas, para que o seu desenvolvimento seja da melhor forma possível, e que tudo aconteça no seu verdadeiro tempo.

Segundo a autora, analisa-se que tal definição é um fator social, onde existia a criança, mas não tinha a concepção de infância, sendo uma questão construída no decorrer do tempo e que sofreu influência da história, para que fosse possível a criança ter o seu valor respeitado e o reconhecimento como ser humano.

Nesse sentido, o estudo de Sonia Kramer (2006, p.14) torna-se de suma importância para complementar e aprofundar o contexto sobre a concepção de infância, tendo em vista que tal período ocorreu de forma evolutiva:

A inserção concreta das crianças e seus papéis variam com as formas de organização da sociedade. Assim, a ideia de infância não existiu sempre da mesma maneira. Ao contrário, a noção de infância surgiu com a sociedade capitalista, urbano-industrial, na medida em que mudavam a inserção e o papel social da criança na comunidade.

Por mais que a criança estivesse ganhando espaço na sociedade e recebendo o valor que antes não tinha, não levando em conta o tempo e as suas necessidades mais básicas, mesmo assim ainda não havia o sentimento e o afeto de infância, no sentido que o cuidado e a educação era precário, tornando-se em uma situação que afetava a saúde, o bem estar e o desenvolvimento, já que não possuía diferenças entre os adultos e crianças.

Nota-se ainda que, na Idade Média existia um comportamento desumano e irresponsável, onde os adultos não tinham conhecimento, sentimento e preparação para cuidar das crianças, que mostra uma situação de muito sofrimento e abandono, tanto por acharem que não iam sobreviver quanto por não querer desperdiçar o tempo com uma pessoa considerada um ser selvagem.

Por esta razão, é fundamental mostrar o pensamento do autor Philippe Áries (1981, p.1) sobre a relação da família com os filhos e o sentimento que eles tinham em tal época, que o estudioso conceitua de “paparicação:

Contudo, um sentimento superficial da criança – a que chamei de “paparicação” – era reservado a criancinha em seus primeiros anos de vida, enquanto ela ainda era uma coisinha engraçadinha. As pessoas se divertem com a criança pequena como um animalzinho, um macaquinho impudico. Se ela morresse então, como muitas vezes acontecia, alguns podiam ficar desolados, mas a regra geral era não fazer muito caso, pois outra criança logo a substituiria. A criança não chegava a sair de uma espécie de anonimato.

Conforme o pensamento do autor, observa-se que o estudioso analisou que a criança não era somente um “animalzinho” engraçado ou um objeto sem significado, mas, tratava-se, acima de tudo, de um ser humano com sentimentos e valores, que possibilitou criar a definição de “paparicação” para explicar tal condição, fase e período.

3. POLÍTICAS NACIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Com advento dos direitos e garantias no âmbito da educação infantil, bem como a influência da política, do governo e das entidades públicas em favor da expansão do acesso às escolas, os estudiosos começaram a estudar a postura das crianças e teorizaram que a infância é uma fase especial da vida, que reforçou a ideia dos estudantes terem as necessidades atendidas e protegidas por lei específica, resultando em uma legislação reconhecida pela Constituição Federativa do Brasil de 1988 (CRAIDY, 2011).

A Constituição Federal de 1988 foi essencial para regulamentar o direito e garantias das crianças ao acesso à escola de educação infantil, a creche e pré-escola, bem como proporcionou a gratuidade do ensino público em todas as modalidades e níveis do sistema escolar, com base em uma concepção pedagógica e de políticas educacionais, que contribuiu para o desenvolvimento cognitivo, social, afetivo, histórico, humano e cultural dos estudantes (FERREIRA, 2000).

Neste sentido, a conquista de tais direitos e garantias não favoreceram somente as crianças, mas tinha que englobar os adolescentes, e se transformou em um dever da família, da sociedade e do Estado assegurar a educação, a dignidade, a cultura, a saúde, a vida, lazer e a alimentação.

A obra da teórica Maria Carmem Craidy (2011, p. 24) explica que as leis que garantem um conjunto de direitos das crianças e dos adolescentes passaram a ter uma legislação específica denominada de ECA (Estado da Criança e do Adolescente), sendo um mecanismo

jurídico que possibilitou elaborar conselhos e diretrizes políticas, como uma forma de expandir a proteção contra a violência, negligência e exploração:

O Estatuto da Criança e do Adolescente, lei fed. 8.069/1999, também conhecida como ECA, explicitou melhor cada um dos direitos da criança e do adolescente, bem como os princípios que devem nortear as políticas de atendimento. Determinou ainda a criação dos Conselhos das Crianças e dos Adolescentes e dos Conselhos Tutelares. Os primeiros devem traçar as diretrizes políticas e os segundos devem zelar pelo respeito aos direitos das crianças e adolescentes, entre os quais o direito à educação, que para as crianças pequenas incluirá o direito as creches e pré-escolas.

De acordo com a autora, a Lei Federal 8.069/1999 foi um dispositivo legal que elaborou normas e direitos, com base em princípios e garantias constitucionais, que busca proteger, defender e atender as crianças e os adolescentes, por meio de conselhos e estatutos, tanto para facilitar o acesso à educação de qualidade quanto para oferecer um conjunto de políticas públicas que asseguram a dignidade e a integridade física.

O acesso à educação e a oferta de políticas públicas direcionadas para o ensino infantil, somado à legislação, o estatuto e conselho, que resultou em um conjunto de direitos e garantias para proteger as crianças e os adolescentes, sendo uma conquista que levou anos e por meio de lutas no decorrer da história, tornou-se uma base para elaborar um mecanismo de fiscalização para combater o desvio de investimentos, as irregularidades na administração e os abusos na escola.

Após a construção de um sistema de fiscalização e a criação de políticas públicas para assegurar o direito das crianças e adolescentes, a educação ganha uma legislação chamada de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o dispositivo legal nº 9394/96, que resultou em novas formas de organização e prática educativa voltadas para os níveis escolares, inclusive, para a definição do ensino infantil como a primeira etapa do modelo básico educacional (OLIVEIRA, 2002).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação não definiu apenas o ensino infantil como o primeiro nível do sistema educacional básico, mas, de uma forma geral, transformou a instituição em local que trabalha a função social e humana, tanto para a formação cidadã quanto para o desenvolvimento integral das crianças, levando em conta os aspectos cognitivos, psicológicos e físicos, sendo um direito da família e dever do Estado.

Para compreender a importância da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, o Conselho e o Estatuto das Crianças e dos Adolescentes, analisa-se o pensamento da teórica Maria Clotilde Ferreira (2000, p. 184), que afirma que o ECA:

Inseriu as crianças e adolescentes no mundo dos direitos humanos. O ECA estabeleceu um sistema de elaboração e fiscalização de políticas públicas voltadas para a infância, tentando com isso impedir desmandos, desvios de verbas e violações

dos direitos das crianças. Serviu ainda como base para a construção de uma nova forma de olhar a criança: uma criança com direito de ser criança. Direito ao afeto, direito de brincar, direito de querer, direito de não querer, direito de conhecer, direito de sonhar. Isso quer dizer que são atores do próprio desenvolvimento.

Conforme a teoria da estudiosa, a LDB e o ECA foram uma conquista para a família, a comunidade, a educação e o Estado, no sentido de que trouxe um conjunto de políticas públicas e apoio do governo para garantir os direitos das crianças e dos adolescentes, que permitiu combater desvios na administração escolar e proteger o desenvolvimento dos alunos.

4. ORGANIZAÇÃO DO AMBIENTE ESCOLAR

A partir dos dispositivos ligados a Constituição Federal, LDB e ECA, o ensino infantil começou a ser reconhecido e valorizado como um direito fundamental para as crianças de 0 a 5 anos de idade, com o objetivo de desenvolver os aspectos cognitivos, sociais, psicológicos, físicos e linguísticos, já que estabeleceu a primeira etapa da educação básica, sendo um local que trabalha a formação e a função cidadã, devendo ter apoio da família, da comunidade e do Estado.

Para ofertar um ensino de qualidade e uma educação que favoreça o desenvolvimento das crianças, como um sujeito histórico e social, a escola deve refletir sobre a organização e o planejamento do ambiente escolar, para que seja possível construir um trabalho que acolha, cuide e eduque os estudantes, devendo promover um espaço de interação, experiências e vivências com a realidade.

A organização do ambiente escolar na educação infantil deve construir um trabalho que possibilite conhecer a realidade das crianças, com o objetivo de criar uma articulação com o conhecimento e aprendizagem que envolva diversas formas de linguagem, no sentido de que o professor tem que organizar o tempo, o espaço, o material e a prática educativa, conforme as experiências e vivências dos estudantes (GIL, 2014).

Dessa forma, o educador deve elaborar uma ação pedagógica com base nas experiências e vivências das crianças e, ao mesmo tempo, acolher o aluno de forma individual e coletiva, abordando as diversas situações e grupos sociais existentes em sala de aula, para que seja possível se apropriar dos diferentes espaços e possibilidades de interação com a realidade, os colegas e adultos.

O estudo da teórica C. ReggioEmilia Rinaldi (2002, p. 77) é um conteúdo que aborda o espaço, a organização e planejamento escolar, como uma forma de analisar que é um local que não apenas tem uma função, mas que pode desenvolver um trabalho que permite criar uma interação da criança com o meio em que está inserido, os colegas e adultos:

[...] O ambiente escolar deve ser um lugar que acolha o indivíduo e o grupo, que propicie a ação e reflexão. Uma escola ou creche é antes de tudo, um sistema de relações em que as crianças e os adultos não são apenas formalmente apresentados e organizados, que são uma forma de nossa cultura, mas também a possibilidade de criar uma cultura. [...] É essencial criar uma escola ou creche em que todos os integrantes sintam-se acolhidos, um lugar que abra espaço às relações.

Conforme a autora, o espaço escolar é um lugar amplo e significativo para as crianças, tanto para construir a relação com o meio social quanto a interação com os adultos, como uma função de acolhimento e de estimular a capacidade ativa dos estudantes, que demonstra a importância de implantar um sistema de organização que vai além do padrão estabelecido pelo governo.

Por isso, a escola deve planejar um ambiente flexível, com base nas experiências e vivências das crianças, devendo promover o bem estar, a autonomia e a confiança, onde o aluno sintam-se acolhido e desperte o sentimento de pertencimento do lugar em que está inserido, sendo uma situação que permita desenvolver novas habilidades, saberes e aprendizados.

À criança não basta fazer parte de um ambiente escolar organizado, mas o professor deve desempenhar um papel que desafie as capacidades e competências dos estudantes, no sentido que desenvolva a solidariedade, a criatividade e a personalidade, devendo existir a união do sujeito com o lugar em que está inserido e na relação com os adultos.

Uma maneira de conhecer a relação da organização e planejamento no ambiente escolar na educação infantil, faz-se necessário incluir na estrutura do trabalho o estudo de Egídio Schitz (2000, p. 101), como uma forma de refletir sobre a importância de realizar uma atividade elaborada, com base em uma ação técnica, profissional e científica:

Qualquer atividade, para ter sucesso, necessita ser planejada. O planejamento é uma espécie de garantias de resultados. E sendo a educação, especialmente a educação escolar, uma atividade sistemática, uma organização da situação de aprendizagem, ela necessita evidentemente de planejamento muito sério. Não se pode improvisar a educação, seja ela qual for o seu nível.

De acordo com o teórico, a ação de organizar e planejar o espaço escolar não pode ser realizado de qualquer forma, ainda mais quando a educação precisa mostrar resultados e formar pessoas capacitadas, sendo uma situação que exige um plano que apresente um conjunto de atividades que não criem uma rotina de repetições e monótonas, mas que deve levar em conta o tempo de aprendizado e o desenvolvimento humano dos estudantes.

Por sua vez, a organização do ambiente da Educação Infantil deve ter uma função que oferta um serviço coletivo e uma ação cooperativa que trace estratégias que contribuam com a construção humana, social e cognitiva da criança, devendo a escola, os gestores, os

educadores, os funcionários e profissionais realizarem um trabalho em conjunto e, ao mesmo tempo, terem um olhar e escuta sensível as diversas situações que ocorrem durante as aulas, por mais que cada um tenha um papel específico.

5. O VALOR DO PERÍODO DE ACOLHIMENTO E ADAPTAÇÃO

Finalizado o terceiro componente da pesquisa, como foi possível acompanhar anteriormente, deve-se iniciar o próximo assunto, que abordará o tópico sobre o valor do período do acolhimento e adaptação na educação infantil e como tal processo é importante para a construção humana, intelectual, afetiva e social dos alunos.

No decorrer da história, conforme os estudos abordados durante a pesquisa em questão, é possível refletir que por muito tempo a educação foi considerada uma forma de controlar e domesticar, com base em um modelo autoritário, que ignorava o choro e não levava em conta as necessidades dos alunos.

O processo de acolhimento e adaptação começa na relação dos familiares com a escola, já que a família tem um papel fundamental no momento de escolher a instituição para os filhos e o colégio deve passar segurança suficiente para influenciar a decisão dos pais em tal processo, mostrando que é uma situação tão difícil e complexa que não basta apenas matricular as crianças, mas possibilitar que todos os responsáveis participem.

Para compreender a complexidade do processo de acolhimento e da adaptação no ensino infantil, mais especificamente, a relação da família, escola e crianças, torna-se importante mencionar o estudo da autora Giandréa Strenzel (2002, p.3), como é possível analisar:

Inserção, ingresso, acolhida, não é uma questão de adaptação no sentido de modulação, que considera a criança como um sujeito passivo que se submete, se acomoda e se enquadra a uma dada situação. É um momento fundamental e delicado que não pode ser considerado como simples aceitação de um ambiente desconhecido e de separação da mãe ou de uma figura familiar, ou de fazer a criança parar de chorar.

Como é possível observar no estudo do autor, o período de adaptação não pode ser considerado uma forma de submeter a criança a determinada situação que venha forçá-la a aprender a lidar com tal processo, devendo existir a compreensão de que é um momento complexo e difícil para todos os envolvidos, que mostra que não é uma questão relacionada somente a uma nova realidade e uma etapa da vida dos alunos.

Desse modo, o período de acolhimento aparece como um fator de suma importância para a construção da segurança e confiança da criança, como um processo que não deve ser abordado apenas no começo das aulas e em casos que necessite utilizar tal método, mas que

precisa ser realizado durante a rotina escolar e em todas as situações que os alunos estejam envolvidos, para que seja possível oferecer cuidados e proteção.

A autora Gisele Ortiz (2000, p.4) apresenta um estudo sobre o acolhimento e a sua importância para o desenvolvimento da criança, mais especificamente, as etapas que envolvem tal processo e que não pode ser um fator considerado somente no início das aulas, onde a estudiosa explica que:

O acolhimento traz em si a dimensão do cotidiano, acolhimento todo dia na entrada, acolhimento após uma temporada sem vir à escola, acolhimento quando algum imprevisto acontece e a criança sai mais tarde, quando as outras já saíram, acolhimento após um período de doença, acolhimento por que é bom ser recebida e sentir-se importante para alguém.

De acordo com o entendimento da autora, o período de acolhimento das crianças a uma nova realidade é um processo complexo, tanto para a família quanto para os professores, seja em casa, na escola, no meio social ou em qualquer outro lugar, que mostra a importância de ter educadores capacitados para recepcionar e cuidar dos alunos e, ao mesmo tempo, a instituição deve oferecer um planejamento que possibilite desenvolver métodos especiais para deixar os estudantes mais tranquilos e familiarizados com o novo ambiente.

Por isso, é primordial analisar que no período de acolhimento e adaptação não seja apenas um processo de aparências ou superficial, mas que a escola venha a disponibilizar um ambiente amplo para envolver a família, os professores e os funcionários, para que seja possível criar um local adequado de interação, intervenção e mediação com os adultos, com a finalidade de construir valores, o vínculo afetivo e o aprendizado.

É oportuno incluir nesse contexto o entendimento do estudioso Aldo Fortunati (2000, p.49) sobre o valor do período de adaptação na educação infantil para a vida das crianças e a importância do papel da família para contribuir em tal processo, sendo uma situação que mostra a necessidade de criar um ambiente acolhedor e que possibilite construir uma relação efetiva, como é explicado pelo autor:

A adaptação à escola de educação infantil não só representa um acontecimento de transição e mudanças para as crianças e os pais, como é também o teste das ideias dos adultos sobre as potencialidades das crianças e sobre o acontecimento da separação. [...] também por esse motivo, muitas das conceitualizações que ainda amadurecem no seio do desenvolvimento da clássica teoria do apego se mostram incautamente resumidas demais em relação a, pelo menos três tipos de questões. [...] à pouca consideração das efetivas potencialidades das crianças diante da experiência, da expansão e da mudança do próprio e habitual contexto da vida; a suposição de que o habitual contexto de vida de uma criança pequena antes da experiência da escola de educação infantil se caracteriza por uma alta estabilidade ambiental-relacional; ao superdimensionamento da função mediadora das figuras dos adultos no contexto da primeira adaptação das crianças na escola de educação infantil.

Conforme o estudo do autor, nota-se o quanto é importante o período de adaptação para o desenvolvimento das crianças no ensino infantil e a participação da família para contribuir em tal processo, sendo uma situação complexa tanto para os pais quanto para os professores, devendo construir um trabalho de intervenção e mediação, ainda mais quando os responsáveis são pessoas desconhecidas e o ambiente apresenta determinadas regras ou normas que os alunos devem seguir.

Por esta razão, o período de adaptação mostra-se um processo amplo e que exige uma prática docente que utilize métodos estratégicos, tanto para trabalhar a acolhida escolar quanto para auxiliar no momento da ausências dos pais, já que a sala de aula é um lugar em que as crianças podem vir a apresentar um comportamento que expressa reações ligados ao medo, à ansiedade, à expectativa e ao estresse, devendo a instituição desenvolver uma forma mediadora capaz de equilibrar o conflito, o aprendizado e a socialização.

Desse modo, é conveniente verificar a explicação da autora Natasha Sheffer (2003, p.75) acerca do comportamento das crianças no ambiente escolar, das emoções que apresentam no decorrer do processo de aprendizagem, da prática docente como uma forma afetiva e a sensibilidade do professor para compreender tal processo. A estudiosa relata que:

Ser afetivo não é simplesmente gostar e ser meigo, mas é conhecer a história pessoal e social do aluno. Estabelecer um vínculo é papel do professor, mas o aluno tem que estar pronto para isso. Compete ao professor ter sensibilidade suficiente para preparar e criar o vínculo. O professor tem que ter essa aptidão de saber acolher a criança. Acreditamos que para organizar a aprendizagem é necessária uma organização interna: uma criança que não se dá bem com o professor, não aprende, o emocional bloqueia e isso acontece com os adultos e as crianças.

Com base no pensamento da autora, torna-se possível analisar que o educador não é somente um instrumento que repassa o conhecimento, mas, de uma forma geral, tem um papel de suma importância para verificar a história e os fatores sociais da criança, no sentido de que deve se mostrar preparado e ter sensibilidade para construir o vínculo com os alunos, devendo criar uma relação saudável, acolhedora e afetiva.

Observa-se ainda que, o quanto a família, a escola e o docente têm uma função essencial no período do acolhimento e da adaptação, como um fator que pode suprir as necessidades emocionais, afetivas e sociais dos alunos e, ao mesmo tempo, para trabalhar as informações, as experiências e vivências que ocorrem na rotina escolar, tanto para construir a aprendizagem quanto para gerar mudanças no desenvolvimento humano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a base no conteúdo exposto, torna-se possível identificar o interesse de abordar o tema da pesquisa, que buscou estudar a política e organização no período do acolhimento e da adaptação na educação infantil, mais especificamente, o valor que tal momento pode proporcionar ao desenvolvimento do ser humano, a importância de analisar o trabalho realizado pela instituição no cuidado dos alunos e a participação da família para contribuir no processo de adaptação dos filhos.

Conforme o estudo apresentado, nota-se o quanto é importante abordar tal assunto e como o referido objeto é um campo novo, que precisa ser mais investigado e explorado, sendo um ambiente significativo para o desenvolvimento afetivo, psicológico, intelectual e social da criança.

A educação infantil não pode ter apenas os professores qualificados e capacitados para que seja possível oferecer as condições adequadas para o desenvolvimento das crianças no período em que começa a estudar; a escola deve fazer a sua parte e desempenhar o seu papel, devendo estar preparada, organizada e estruturada, como a dimensão das salas, o formato das janelas, o tamanho da área de recreação, o espaço confortável e o ambiente verde.

Desse modo, o colégio não é somente a infraestrutura física e a extensão geométrica, mas, principalmente, tem que ser um local que trabalhe o interesse em aprender, a construção do conhecimento, a produção das relações sociais, o processo de adaptação e o desenvolvimento das crianças.

Por isso, o período de acolhimento e adaptação não é somente um processo de aparências, mas que a escola venha a disponibilizar um ambiente amplo para envolver a família, os professores e os funcionários, para que seja possível criar um local adequado de interação, mediação e intervenção.

Nesse sentido, o período de adaptação mostra-se um processo complexo e que exige uma prática docente que utilize métodos estratégicos, tanto para abordar a rotina escolar quanto para auxiliar no momento da ausências dos pais, devendo a instituição desenvolver uma atividade mediadora capaz de equilibrar o conflito, o aprendizado e a socialização.

Por fim, o período de acolhimento e adaptação no ensino infantil é um momento significativo para a criança, independente da sua classe social e história de vida, sendo um processo que afeta a todos de alguma forma, seja positivamente ou negativamente, no sentido de que o indivíduo está exposto a sofrer influência do meio em que está inserido e com as novas experiências, mostrando que tal construção ocorre desde o nascimento, com o passar do tempo e reaparece toda vez que surge uma nova situação.

REFERÊNCIAS

AHMAD, Leila Azize Souto. **Um breve Histórico da Infância e da Instituição de Educação Infantil**. São Paulo: V.00. p. eletrônica. Junho de 2009.

ARIES, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

CRAIDY, Carmem Maria. **A Educação infantil e as novas definições da legislação**. In: CRAIDY, Carmem; KAERCHER, Gládis E. (orgs). *Educação Infantil pra que te quero?*. Porto Alegre: Artmed, 2011.

ROCHA, E. A. C. **A pesquisa em educação infantil na Brasil – Trajetória recente e perspectiva de consolidação de uma Pedagogia da Educação Infantil**. Florianópolis: UFSC, Centro de Ciências da Educação, Núcleo de Publicações, 1999.

FERREIRA, Maria Clotilde Rossetti. **Os fazeres na Educação Infantil**. São Paulo. Cortez, 2000.

FORTUNATI, Aldo. **A Educação Infantil como Projeto da Comunidade: crianças, educadores e pais nos novos serviços para infância e a família**. A experiência da San Miniato: Porto Alegre, Artamed, 2009.

GIL, D. B. A. **Organização da rotina na Educação Infantil: um olhar para o tempo, o espaço e o brincar**. 2014. 44 f. Monografia (Especialização em trabalho pedagógico na Educação Infantil) – Universidade Estadual de Londrina, 2014.

KRAMER, Sônia. **A Infância e sua singularidade**. In: BRASIL. Ministério da Educação. *Ensino Fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade*. Brasília: FNDE, 2006.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. **Educação Infantil: Fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2002.

ORTIZ, Gisele. **Adaptação e Acolhimento: Um cuidado inerente ao projeto educativo da instituição e um indicador de qualidade do serviço prestado pela instituição**. 2000. Disponível em: < <http://www.revistaescola.abril.com.br/gestao-escolar/acolhida-gisele-ortiz.pdf> > Acesso em: 10 de Fevereiro de 2019.

SCHITZ, Egídio. **Fundamentos da Didática**. 7º Ed. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2000.

SHEFFER, Natacha. **Afetividade e Cognição: a importância das relações subjetivas que se estabelecem entre o professor e o aluno**. Dissertação (Mestrado), Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre, 2003.

STRENZEL, GiandreaReuss. **Tempo de chegada na creche: conhecendo-se e fazendo-se conhecer**. In: *Revista Zero a Seis. Seção Cotidiano na Educação Infantil*. n. 6, agosto/dezembro 2002. Disponível: < http://www.ced.ufsc.br/~zeroseis/cotid_giandrea.html > Acesso em: 20 de Fevereiro de 2019.

RINALDI, C. ReggioEmilia. **A imagem da criança e o ambiente em que ela vive como princípio fundamental**. In: GANDINI, L; EDWARDS, C. (org). *Bambini: a abordagem italiana à Educação Infantil*. Porto Alegre: Artemed, 2002.